

VOZ OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 152 - Novembro de 1978

DOCUMENTOS
DO C. C.

Resolução Política

A evolução dos acontecimentos no Brasil, nestes últimos meses, demonstra que se aprofunda o antagonismo entre a maioria da Nação e o regime militar-fascista, confirmando as tendências esboçadas na Resolução Política do CC do PCB, reunido em dezembro de 1977. Isto ocorreu em razão do agravamento dos problemas gerados pela situação econômico-social e, sobretudo, pela permanência dos instrumentos e métodos ditatoriais de governo.

Assistimos hoje a um substancial desenvolvimento das forças oposicionistas. Ao mesmo tempo em que as classes trabalhadoras efevam suas formas de luta, outros segmentos sociais entram em conflito com o governo, levando a um crescente debilitamento do regime, que já demonstra evidentes dificuldades para resolver suas contradições internas e enfrentar a esmagadora maioria da Nação.

As greves operárias — iniciadas no ABC paulista e que se estenderam a outras regiões industriais do país — são não só o acontecimento mais importante do período como marcaram o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o regime.

As modificações havidas neste período revelaram que se criou uma situação nova no país, caracterizada pelo avanço da oposição e por um acentuado desgaste do regime.

1. A situação econômica e social

Na raiz das alterações ocorridas no quadro político está o crescente agravamento da situação econômica e social do país. O tipo de desenvolvimento econômico favorecido pela ditadura militar-fascista, que se baseia na superexploração dos trabalhadores, na concentração da renda, na expansão monopolista da propriedade da

terra, na mais selvagem acumulação capitalista e na associação e dependência crescentes ao imperialismo começa a revelar, abertamente, suas debilidades.

Não apenas os trabalhadores combatem cada vez mais decididamente os aspectos fundamentais da atual política econômica reacionária, isto é, a política de salário de fome e desemprego, a legislação e a estrutura sindical anti-operária, a carestia insuportável e as graves carências de moradia, ensino e previdência social. Também amplos segmentos das camadas médias e setores da burguesia manifestam seu descontentamento, tanto com a forma de governo ditatorial como com a política econômica que favorece quase que exclusivamente a oligarquia do capital e da terra, as grandes empresas monopolistas locais e internacionais.

A utilização da inflação em favor dos monopólios, a política de restrições creditícias aos pequenos e médios empresários, de subvenções e privilégios aos grupos monopolistas — em particular estrangeiros —, ao mesmo tempo em que agrava os problemas do desemprego e reduz violentamente a capacidade de consumo dos trabalhadores, prejudica — levando à falência — muitas pequenas e médias empresas nacionais que não dispõem de fontes privilegiadas de financiamento. Este modelo econômico impulsiona o processo de monopolização da economia e de subordinação ao imperialismo, aumentando os motivos de descontentamento de quase todos os setores da sociedade.

É bastante difícil que o processo de desenvolvimento econômico possa continuar com as mesmas características: a superexploração da força-de-trabalho, o predatório aproveitamento das riquezas nacionais em benefício dos monopólios, a

Resolução de Organização (pag. 5)

Declaração sobre o Movimento Sindical (pag. 6)

Neste número de VOZ OPERÁRIA, publicamos uma Resolução Política, uma Resolução sobre Organização e uma Declaração sobre o Movimento Sindical, documentos aprovados na última Reunião do Comitê Central, realizada poucos dias antes das eleições legislativas de novembro. Reunião que elegeu para a Presidência de Honra o nosso camarada Roberto Morena, recentemente falecido em Praga. Foram também aprovadas mensagens de solidariedade aos povos do Vietnã — contra quem o imperialismo concentra uma furiosa campanha internacional de calúnia — e da Nicarágua, em sua ofensiva contra a ditadura dos Somoza, assim como uma saudação ao Partido Comunista da União Soviética e ao seu secretário-geral, Leonid Brejnev, por ocasião do 61º aniversário da Revolução de Outubro. Nesta mensagem, o Comitê Central do PCB manifesta a gratidão, que é hoje de toda a humanidade em relação à União Soviética "por sua firme posição em defesa da paz mundial, pela solução pacífica de todos os problemas interestatais e pelo desarmamento geral — necessidade indispensável para a consolidação da distensão internacional".

(segue)

Resolução Política

prioridade à produção de bens de consumo duráveis; prioridades que correspondem ao caráter do regime, à sua política antifoperária e antipopular.

As greves e os numerosos pronunciamentos políticos do movimento sindical indicam que a classe operária e setores das camadas médias estão lutando cada vez mais contra essa política de superexploração. Juntamente com isso, ponderáveis setores do empresariado querem interferir nas decisões econômicas do governo e exigem novas formas de participação na vida política do país.

O crescente esgotamento das bases de sustentação do "modelo econômico" representa um sério golpe nos argumentos propagandísticos do regime. Na medida em que um dos principais instrumentos ideológicos da ditadura foi o pretenso êxito de sua política econômica, o chamado "milagre econômico" é fácil compreender o quanto as dificuldades econômicas enfraquecem as bases de legitimação do regime, correndo o consenso de que desfrutou junto a diversos setores da burguesia e das camadas médias.

2.A influência da situação internacional

Outro fator a ser levado em conta na compreensão e avaliação da situação interna do país é a evolução do quadro internacional.

Ainda que o processo de distensão tenda a se afirmar, os últimos acontecimentos no mundo revelam uma tentativa de contra-ofensiva das forças do imperialismo e da guerra.

Os círculos mais reacionários dos EEUU e de outros países da OTAN opõem-se ao desarmamento e sabotam, por todos os meios, a distensão internacional. As relações URSS-EUUU, que continuam sendo decisivas para o futuro dos povos, atravessam atualmente um momento delicado devido às manobras e provocações dos setores mais conservadores e reacionários do imperialismo norte-americano. As forças do imperialismo visam a isolar a União Soviética, dividir os Estados socialistas e separá-los dos povos que lutam por sua emancipação nacional e social. Procuram também, por todos os meios, fazer com que a classe operária e as forças progressistas dos países capitalistas mais desenvolvidos endosseem idéias e projetos que interessam à burguesia monopolista. Neste sentido, estimulam as correntes reformistas e aos desvios nacionalistas que criam obstáculos às transformações sociais mais significativas.

Não se trata só de mistificações do tipo da campanha propagandística de Carter sobre os "direitos humanos", através da qual pretende fazer crer que o imperialismo, que durante anos tentou massacrar o povo vietnamita e que alentou e alenta ainda a militarização fascista dos Estados latino-americanos — em particular os golpes militares no Brasil e no Chile (e que

escora, atualmente, a ditadura somozista) — ter-se ia convertido em guardião e defensor da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo. Trata-se de fatos concretos, como o contínuo aumento dos gastos militares das potências imperialistas; a recente intervenção no Zaire, coordenada pelas forças da OTAN; os reiterados esforços para dividir e fazer com que se enfrentem os Estados africanos; os intentos de ampliar a esfera de ação da OTAN; o empenho norte-americano para a assinatura de uma paz separada entre Israel e Egito, em detrimento dos verdadeiros interesses dos povos árabes e da paz mundial.

Contribui para o agravamento da situação a aliança, de fato, do governo de Pequim com o imperialismo, apoiando os regimes mais repressivos e os blocos militares imperialistas em todas as partes do mundo. Além da criminoso agressão militar contra o heróico povo vietnamita, destaca-se a clara tendência hegemônica dos governantes chineses, que, em sua obsessiva luta contra a URSS, tentam dividir o campo socialista e não poupam esforços, atacando a uma série de outros Estados emergentes e forças progressistas de todas as partes do mundo.

Esta aliança ideológica e política do governo da China com as forças mais conservadoras e reacionárias do imperialismo representa uma grave ameaça para a distensão internacional e para o avanço do processo revolucionário mundial.

Finalmente, é de notar como se reflete no quadro econômico e político brasileiro o aguçamento das contradições inter-imperialistas. Ao mesmo tempo em que se intensificam as relações políticas e econômicas com a RFA, o Japão e a França, surgem dificuldades nas relações do Brasil com os EEUU, aumentam as barreiras aduaneiras à importação de produtos brasileiros pelos EEUU. Estas dificuldades refletem-se também na denúncia pelo governo brasileiro do Acordo Militar com os EEUU.

3.O quadro atual indica uma situação nova

O que há de novo na atual realidade brasileira é a ampliação das ações de massa e o desenvolvimento — ainda que insuficiente — de seu nível de organização e consciência, assim como o desgaste acentuado do regime e o avanço do movimento de oposição.

As ações de massas por suas reivindicações específicas, em torno das quais se organizam, ampliam o espaço político para a luta democrática no país, na medida em que convergem todas para um objetivo comum: a criação de um regime onde sejam respeitadas e garantidas as liberdades democráticas.

O mais importante, o que mais tem contribuído para criar esta nova situação no Brasil, é a elevação do nível de organização que começam a adquirir as lutas da

classe operária, refletido nas greves que se iniciaram em maio deste ano e na sua participação nas eleições.

Desde 1964, o movimento operário vem resistindo ao arbítrio e acumulando experiências de luta. Mas, nestes últimos anos, a movimentação da classe operária, o crescimento de suas lutas reivindicatórias e pela democratização da vida sindical e política, vêm contribuindo decisivamente para o avanço geral das forças democráticas. Os operários souberam aproveitar as condições políticas mais favoráveis, que eles próprios contribuíram para criar, e passaram a desempenhar um papel crescente na luta pela redemocratização do país.

A movimentação reivindicatória deu um passo com as recentes greves demonstrando que a luta unitária e organizada é o único caminho de que dispõe a classe operária para conquistar seus direitos, para vir a ocupar o lugar e o peso na vida política brasileira que correspondem à sua efetiva importância na economia e na sociedade.

Deve-se ressaltar o fato de que a existência de comissões de empresa, em diversos lugares, contribuiu para que as greves tivessem êxito, sendo conduzidas de modo a combinar uma posição firme com a recusa de aventuras. A amplitude do movimento e a habilidade política com que foi conduzido fizeram com que fosse mais difícil para o governo usar a repressão aberta contra os operários e esgrimir uma vez mais o fantasma da "subversão". Mostram também que o governo temeu a reação que as medidas repressivas poderiam desencadear, uma vez que o movimento contou com a solidariedade de amplíssimos setores da sociedade que hoje se opõem às leis arbitrárias do regime.

A repressão não funcionou como de outras vezes porque o movimento operário atuou unido, desenvolvendo-se num quadro político favorável, caracterizado pelo fortalecimento das forças democráticas.

Nos recentes movimentos grevistas, os operários não só se sobrepujaram à lei de greve decretada pela ditadura em 1964 como desferiram um golpe na política salarial do governo, começando a reconquistar de fato, o direito de contratação coletiva. Fica evidente, portanto, o significado político das lutas atuais dos trabalhadores.

A reação do governo vem confirmar esta idéia. Com o decreto-lei 1632, que amplia as restrições às greves e com as dispensas denunciadas pelos sindicatos do ABC, tenta o regime golpear a classe operária afastá-la da cena política e isolá-la (juntamente com os setores democráticos). Isso porque a participação da classe operária na luta geral pela democratização é a maior garantia para o êxito desta luta.

No campo, onde a brutalidade da reação se faz sentir a todo momento, ampliam-se também as lutas, tanto dos assalariados agrícolas por garantias elementares de

(segue)

emprego e pagamento de salário, por melhores salários e condições de vida, pelo cumprimento da legislação trabalhista, como dos posseiros pela terra em que trabalham, luta está que frequentemente coincide com a defesa do território nacional, que vem sendo entregue, em extensões enormes, às multinacionais.

Aos movimentos populares de protesto, como o do custo de vida na Grande São Paulo, às lutas estudantis, aos movimentos de mulheres, das comunidades católicas, dos índios, de um número crescente de profissões intelectuais, como os médicos, professores e outros, vêm se somando cada vez mais e com maior peso, em oposição ao regime e pela democracia, as mais expressivas entidades da sociedade civil, como a CNBB, SBPC, ABI, OAB etc.

Refletindo o clima vigente no conjunto da sociedade, não são poucos os militares que vêm se pronunciando favoravelmente à democratização do país, às eleições diretas, à independência dos três Poderes, às garantias constitucionais, à defesa dos direitos humanos e do patrimônio nacional.

O descontentamento com a atual situação manifesta-se não só entre as forças de oposição, incluindo o MDB, cujo papel na luta contra a ditadura tem se acentuado, mas inclusive em setores até há pouco ligados ao regime ou com ele comprometidos, formando um movimento difuso, que abrange até elementos da ARENA.

Uma expressão destes processos foi o lançamento de uma candidatura militar oposicionista com o apoio de personalidades da ARENA e a formação da Frente Nacional de Redemocratização.

Diante do crescente ascenso do movimento de massas, que impulsiona a organização e a unidade de todas as forças oposicionistas, a ditadura, ao mesmo tempo em que continua reprimindo as manifestações democráticas, vê-se obrigada a recorrer, cada vez mais, a manobras políticas e por vezes, a recuar.

As atuais "reformas" demonstram isso. O regime tenta apresentar-se como "democratizante", mas já não consegue enganar nem mesmo a setores que até há pouco acreditavam em sua "lenta, gradual e segura" distensão. Todos os setores oposicionistas já denunciaram as "reformas", substituição do AI-5 por dispositivos como o "estado de sítio", "estado de emergência" e "medidas de emergência", sendo que estas últimas não têm limitação no tempo e conservam os poderes ditatoriais do Executivo, lei partidária que impede a formação de partidos populares; manutenção da lei Falcão e do "pacote" de abril — tais são os traços essenciais do "pacote" de setembro. Complementando estas "reformas", foi imposto o decreto antigreve 1632.

A ditadura já não pode fazer o que quer da maneira que bem entender, procura reprimir e manobra, estando cada vez mais condicionada pelo novo quadro de cres-

cente instabilidade política e fortalecimento da oposição.

4. Os comunistas e a luta pela democracia

Participando ativamente da luta unitária pelas liberdades democráticas, os comunistas reconhecem que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implicitamente, entre as diversas correntes da oposição. Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção, ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo.

Sem ocultar nossa aspiração final ao socialismo, que compreende a mais ampla e profunda democracia, hoje nos empenhamos para que tais diferenças de concepções não impeçam nem dificultem a unidade política de todas as forças que lutam ou podem lutar pela implantação de um regime democrático. Na atual situação, a prioridade deve ser concedida à luta pela conquista das liberdades democráticas. E em torno da conquista dessas liberdades que se devem unir atualmente todas as forças que desejam o fim do atual regime, independentemente de seus interesses econômicos e de suas concepções políticas.

Em nossa concepção democrática, lutamos não só pelo direito de organização e representação no Parlamento dos diferentes partidos, como também pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar suas idéias e aspirações através de uma rede de organizações de base (comissões de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa etc.), capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional.

As tradições autoritárias das classes dominantes em nossa sociedade procuram alijar as massas de uma ativa participação na vida nacional. Para superar essas tradições e para servir aos interesses das massas trabalhadoras, das camadas médias assalariadas, dos camponeses, dos pequenos e médios empresários nacionais, é indispensável a atividade organizada dos cidadãos na solução dos problemas econômicos, sociais e políticos.

A construção de uma democracia de massas, porém, não é apenas a erradicação desse passado autoritário, do qual o atual regime militar-fascista representa a culminação. É também, e sobretudo, a base para um crescente aprofundamento da democracia — entendida como um todo político, econômico e social — com a permanente incorporação de novos gru-

pos e camadas sociais na vida política do país. Esta incorporação, ao fortalecer o bloco democrático e favorecer a hegemonia da classe operária em seu interior, cria condições mais favoráveis para se avançar rumo ao socialismo sem guerra civil nem insurreição armada, possibilidade que mais interessa à classe operária e aos comunistas.

5. A política do PCB diante da nova situação do país.

O descontentamento crescente com a situação sócio-econômica; o desgaste cada vez maior do regime; a maior atividade do movimento operário; a ampliação e o fortalecimento de inúmeros movimentos oposicionistas; as possibilidades, cada vez maiores, para a unificação destes movimentos numa poderosa frente democrática, tudo isso, somado à intensificação das atividades políticas neste ano eleitoral, são fenômenos indicativos do início de uma nova etapa na luta contra a ditadura.

Sem subestimar, em nenhum momento, a força do regime, nem descartar eventuais reações autoritárias ou fascistas de parte das forças defensoras dos interesses oligárquicos estabelecidos, pode-se afirmar que a tendência principal hoje é de aguçamento das lutas políticas e de classes e de expansão progressiva dos movimentos pela redemocratização do país, o que leva a um desgaste cada vez mais acentuado da ditadura.

Justamente por isso, **nossa atividade deve estar voltada para a ampliação e fortalecimento da unidade de todas as forças que se opõem ao regime, para a organização destas forças, na luta pelas liberdades democráticas.**

Assim, nossa principal tarefa é lutar pela mobilização, organização e participação permanente da classe operária e demais setores populares no processo político em curso.

Neste momento, cabe procurar, por todos os meios, ampliar e consolidar a unidade da classe operária, impedir seu isolamento, defender as conquistas obtidas pelos trabalhadores, denunciando qualquer ato repressivo da ditadura.

Os comunistas se empenharão para que, em todas as plataformas democráticas, estejam incluídas as principais reivindicações de todas as forças que se opõem ao regime ditatorial e, em particular, aquelas que vêm sendo colocadas pelas lideranças operárias, tais como: fim da política de contenção salarial; direito de greve; direito de contratação coletiva entre empregados e patrões de cada empresa sobre questões de salário e condições de trabalho, com assistência do sindicato; mudança e democratização da estrutura sindical, mantida a unicidade, permitindo a existência de comissões nos locais de trabalho e a criação de uma central única de trabalhadores; eliminar da CLT toda a legislação contrária aos trabalhadores e

Resolução Política

que dificulta a aplicação das conquistas nela registradas por força das lutas da classe operária; fim da tutela do Estado sobre as entidades sindicais.

Para que sejam unitários, os sindicatos devem ser apolíticos, o que não significa que devem ser apolíticos.

A autonomia dos sindicatos é condição básica para garantir a força unitária do movimento sindical, não apenas em sua luta econômica por aumentos salariais e melhores condições de trabalho, mas igualmente em seus combates para transformar a classe operária em força política nacional.

Sem superestimar a envergadura das atuais ações do movimento operário, devemos estudar e desenvolver, na prática, toda a riqueza de novas possibilidades contidas nas experiências das comissões de fábricas, tendo em vista futuras lutas econômicas e políticas.

A mobilização e a organização das massas rurais, assim como a aliança do campesinato com o operariado, são indispensáveis para o desenvolvimento da luta pela derrota da ditadura.

É importante o papel que desempenha e vai desempenhar, na luta pela democracia, toda a rede de organizações populares não partidárias — de bairro, culturais, artísticas, recreativas, esportivas e religiosas. Os comunistas não pouparão esforços no sentido de desenvolver estas organizações, defender seus interesses específicos e encaminhá-las no sentido da conquista das liberdades democráticas.

Importantes setores da Igreja e de movimentos sob sua influência vêm desempenhando um papel de destaque na luta pelas reivindicações populares e pelas liberdades, na cidade e no campo. A unidade do movimento popular pressupõe uma correta valorização deste papel possível da Igreja e a ligação com as massas católicas.

Consideramos que as Forças Armadas devem estar desvinculadas das funções policiais com as quais a ditadura procurou comprometê-las, desempenhando, em um regime democrático, um importante papel na vida econômica, social e política do país. Entre suas funções tradicionais — hoje preteridas — se destaca a defesa da soberania nacional e da democracia, o que pressupõe o abandono da doutrina de "segurança nacional" apoiada na submissão de nosso povo aos interesses dos círculos mais agressivos do imperialismo norte-americano.

De particular significado, no período atual, é a intensificação da luta por uma anistia ampla e irrestrita aos presos, condenados e perseguidos políticos, sem a qual será impossível a democratização do país e, em particular, a criação do clima necessário para a convocação de uma Assembleia Constituinte verdadeiramente representativa e democrática.

Nesse sentido, é fundamental a revogação da atual Lei de Segurança Nacio-

nal, que — sob os falsos argumentos de que a segurança de nosso país está ameaçada por supostos "agentes internos de inimigos externos" — serve diretamente à perpetuação do arbítrio e da repressão fascista contra o conjunto dos democratas.

Da mesma maneira, a conquista das liberdades democráticas dependerá da revogação de fato da legislação de exceção, da liquidação de todos os instrumentos e instituições que configuram o atual regime militar-fascista.

Mas a revogação das leis repressivas não seria efetiva se, ao mesmo tempo, não fossem desmantelados os órgãos de segurança encarregados da repressão aos democratas, como o DOI-CODI.

São sobejamente conhecidos os bárbaros métodos de tortura aplicados cotidianamente por aqueles sinistros órgãos de repressão, condenados legitimamente ao ódio de todos os brasileiros que respeitam os direitos essenciais do homem. Os comunistas julgam que só a ampla mobilização popular e a vigilância permanente da opinião pública poderão varrer definitivamente da história de nosso país os abomináveis métodos de repressão postos em prática por estes e outros órgãos de segurança que venham a ser eventualmente criados.

A eliminação dos "esquadrões da morte", "operações arrastão", invasões e depredações com que a política frequentemente humilha e atormenta a população dos bairros populares, é uma exigência de um programa de luta efetiva pela humanização e democratização da vida social no Brasil.

Da plataforma unitária da frente democrática nos empenharemos para que conste o princípio da livre organização de todos os partidos e correntes de opinião e, evidentemente, do Partido Comunista Brasileiro. A legalidade de nosso Partido, em igualdade de condições com os demais, será um índice do grau de democratização alcançado pela sociedade brasileira. Enquanto somos mantidos numa situação de ilegalidade forçada — que facilita as calúnias da reação e dificulta nossa presença na vida política —, continuará a se manifestar a discriminação anticomunista que se abate não apenas sobre nós, mas também sobre todos os democratas e patriotas que lutam contra o arbítrio e o poder dos monopólios. De longa data, todas as arbitrariedades, toda a repressão cometida contra o povo brasileiro, contra todos os democratas, têm sido feitas em nome do anticomunismo. Por isso mesmo, lutar contra esta principal arma ideológica da reação deve ser empenho de todos aqueles que anseiam pela democracia no Brasil.

Apesar de todas as dificuldades que acompanharam sua trajetória, consideramos possível tirar uma experiência positiva da FNR, que teve a virtude de despertar grandes expectativas e mostrar a enorme capacidade mobilizadora das bandeiras

democráticas. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar que a forma de expressão e representação da vontade majoritária de mudanças não pode ser de cúpula, não pode ser tutelada, tendo que contar com a participação de todas as forças interessadas.

As transformações democráticas só serão alcançadas se impulsionadas pelas massas populares e organizadas por seus representantes autênticos.

Neste sentido, conclamamos à unidade de todas as correntes populares como condição principal para manter e ampliar a unidade conquistada — mesmo depois das eleições — de todos os movimentos que hoje lutam pelas liberdades democráticas e pelo fim do fascismo. A institucionalização desta unidade é e será cada vez mais necessária para manter e desenvolver a força da oposição, para superar eventuais manobras, com acordos de cúpula impostos de cima para baixo e que não levam em conta os interesses e a movimentação das grandes maiorias.

Trata-se de encontrar formas capazes de dar prosseguimento à pregação democrática desenvolvida durante a campanha eleitoral, visando a desenvolver um clima político favorável às forças democráticas.

A partir desta visão, valorizamos como positiva a apresentação de um candidato presidencial de oposição, o que não altera em nada o repúdio à farsa dessas eleições indiretas. A campanha contra a designação do novo ditador representou um avanço importante, tanto como denúncia do caráter fascista do regime quanto como manifestação da vontade majoritária de acabar com o arbítrio, através de eleições diretas e realmente livres para todos os cargos eletivos.

É nossa convicção que uma grande votação para o MDB abre caminho para a criação de um bloco parlamentar suficientemente poderoso, que, com o respaldo de uma intensa pressão popular, poderá desempenhar um grande papel na luta antiditatorial. Da mesma forma, consideramos necessário combater todas as manobras e ameaças golpistas que visam a adiar ou suprimir as eleições ou a não respeitar seus resultados, tentando evitar esta manifestação do povo contra o fascismo.

A anistia aos condenados, presos e perseguidos políticos, o fim das leis de exceção, a supressão dos órgãos repressivos, a completa liberdade de organização partidária e sindical são pré-condições necessárias para a convocação de uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade.

Devemos, desde já, empenhar todos os nossos esforços para conseguir que a futura Constituição seja a mais avançada possível, o que dependerá essencialmente da correlação de forças, da presença ativa e organizada da classe operária e das massas populares no cenário político nacional. Os comunistas e demais forças que

(segue)

representam interesses populares (trabalhistas, socialistas, cristãos progressistas, etc.), em estreita ligação com o movimento de massas, devem lutar em todos os níveis para que esta Constituição não só expresse as liberdades fundamentais, mas abra espaços constitucionais para os inevitáveis embates pelo aprofundamento e aplicação das conquistas políticas, econômicas e sociais das grandes massas.

A luta pela conquista das liberdades democráticas e, em particular, pelas pré-condições para a convocação de uma Assembleia Constituinte na qual estejam representadas todas as correntes de opinião; e a elaboração e aprovação de uma Constituição aberta à renovação democrática — política, econômica e social — do país: eis o caminho que os comunistas propõem ao conjunto das forças de oposição, a todos os setores democráticos do país.

Partindo desta compreensão, consideramos fundamental, após promulgada a Constituição, o empenho pela manutenção da unidade das forças que se opuseram ao fascismo — independentemente de seus programas de transformações sociais, econômicas e políticas —, no sentido de defender as conquistas democráticas e impedir a volta de um regime arbitrário.

No futuro imediato que se anuncia, as lutas se intensificarão em todos os níveis e se tornarão mais complexas, aumentando, conseqüente mente, as responsabilidades de todas as forças opositoras, em particular de nosso Partido.

Estamos convencidos de que o ritmo de avanço das lutas pela conquista da democracia em nosso país dependerá da correlação de forças atingida a cada momento, do amadurecimento e nível de organização da classe operária, da ampliação da unidade de todas as forças que se

opõem ao regime.

Seria um erro (pois não atende aos interesses da classe operária e do povo em geral) querer avançar palavras-de-ordem sem forças para respaldá-las, numa pressão aventureira tão a gosto dos "ultra-esquerdistas", assim como deixar-se levar pela lentidão conciliadora dos "liberais cuidadosos" que, acenando sempre com os perigos da "linha dura", desconfiam das massas, defendem acordos de cúpula e paralisam o avanço democrático.

Evitar o acirramento das tensões em momentos nos quais as condições são desfavoráveis para a classe operária e o conjunto da oposição é um critério político importante para todos os democratas. Da mesma forma, não podemos admitir a contensão da luta quando se pode avançar na conquista de novas posições.

E nosso dever buscar alianças e condições para que a classe operária possa, permanentemente, conquistar posições, acumular forças, consolidá-las e prosseguir em sua luta.

6. Transformar o PCB num grande partido de massas

Para que a classe operária, juntamente com seus aliados, tenha condições de alcançar os objetivos traçados, é necessária a existência e a consolidação de um grande e numeroso Partido Comunista, profundamente enraizado na sociedade e, em particular, nas fábricas, onde está concentrado o proletariado. O empenho pela reorganização do Partido, pela sua consolidação como partido operário — tanto por sua ideologia e sua política, como por sua composição — é tarefa de maior atualidade e importância.

Levando em conta a nova situação do país, nosso Partido, para desempenhar seu papel numa sociedade complexa co-

mo a brasileira, tem que ser numeroso; um grande partido de massas; e para isso, é muito importante que conquiste a sua legalidade. Ao mesmo tempo, lutando pela legalidade do PCB, estamos combatendo, na prática, todo tipo de discriminação anticomunista, o que é forma importante de lutar pela democracia, de travar a luta ideológica e de fortalecer o partido de vanguarda da classe operária.

Ao colocar a palavra-de-ordem de lutar com empenho pela legalidade do Partido, não esqueçamos que a ditadura — malgrado suas crescentes dificuldades — ainda está longe de ter acabado. Não alimentamos ilusões de que a legalidade nos será facilmente concedida. Esta será uma conquista, fruto das lutas da classe operária, dos trabalhadores e de todos os verdadeiros democratas.

E nosso dever reforçar a vigilância; a segurança do Partido, e superar na prática os erros cometidos neste terreno, particularmente no que diz respeito à ligação do trabalho legal com o ilegal. Neste sentido, é fundamental sua ligação com as massas, desenvolver com criatividade e iniciativa as mais variadas formas de trabalho legal dos comunistas no seio dos movimentos de massas e, simultaneamente, fortalecer a estrutura orgânica do Partido. Esta é uma premissa básica para que nosso Partido possa desempenhar com êxito as tarefas que a nova situação do país lhe coloca.

**O Comitê Central do
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
Novembro de 1978**

Resolução de Organização

O CC do PCB, tendo discutido alguns problemas do trabalho de organização, avalia como altamente positivo o fato de, não obstante os duros golpes que nos foram causados pela reação fascista, o Partido continuar unido e atuante, participando ativamente das lutas dos trabalhadores e demais setores do nosso povo.

Nosso Partido reorganiza-se no bojo das lutas de massa. Sua direção central está reestruturada e a **Voz Operária** — órgão central do Partido — continua circulando, apesar de todas as dificuldades impostas pela reação.

O CC considera que, para podermos avançar no sentido da reorganização do Partido, é indispensável dar prosseguimento à análise autocrítica de nossos erros e, principalmente, das causas dos profundos golpes sofridos por nossa organi-

zação nos últimos anos. Para isso, está empenhado na realização de um balanço do trabalho de direção que contribua não apenas para a identificação de nossas deficiências, como, principalmente, para sua superação.

A situação política nacional vem evoluindo no sentido da derrota da ditadura e conquista das liberdades democráticas num processo de luta difícil e cheio de percalços.

A construção do Partido é inseparável da visão que temos desse processo de derrota do fascismo no Brasil, de conquista das liberdades democráticas, de consolidação da democracia e da luta pela sua ampliação e aprofundamento até chegar ao nosso objetivo estratégico final: o socialismo.

A nova situação criada no país torna

necessária, oportuna e inadiável a palavra-de-ordem de legalidade para o PCB. Nossa luta pela democratização da vida nacional é, ao mesmo tempo, a luta pela legalidade do Partido, por nosso direito a atuar publicamente, a ter sedes abertas, imprensa legal e dirigentes e militantes atuando à luz do dia. Numa palavra: o direito do PCB de funcionar nas mesmas condições democráticas pelas quais lutamos para todos os partidos.

Ao lutarmos pela legalidade do Partido, estamos lutando contra o anticomunismo e todo tipo de discriminações anticomunistas, tão fartamente utilizados pela reação para justificar os atos de repressão fascista contra o povo e a nação.

Entretanto, a ditadura ainda não foi derrotada e a democracia se conquista na luta de cada dia e se consolida a cada passo.

(segue)

Da mesma forma que o fascismo não surge da noite para o dia, a democracia não será conquistada de golpe.

Por isso — e por serem os comunistas os mais consequentes lutadores pela democracia e os mais perseguidos pela reação — a luta de nosso Partido pela legalidade não será fácil. O que significa que, para lutar pela legalidade, é necessário reforçar a organização do Partido, preparando-o para todas as eventualidades.

Nosso objetivo, nossa perspectiva na organização do Partido, é a da construção de um grande partido de massas, um partido que tenha influência em todos os setores da vida nacional, um partido profundamente enraizado na sociedade e reconhecido como tal.

Para atender às necessidades de uma sociedade complexa como a brasileira, de um país extenso e populoso como o Brasil, o Partido terá que ser numeroso. E para isso é fundamental que seja um partido legal.

Na luta pelo grande partido de massas que queremos construir, é necessário conquistar o direito legítimo de sermos vistos pela sociedade como realmente somos, um partido profundamente nacional e verdadeiramente democrático. A burguesia tem procurado sempre nos apresentar, por todos os meios ao seu alcance, como um partido "exótico", estranho à realidade brasileira, antidemocrático.

Para termos êxito nessa luta, é preciso que sejamos um partido atuante e presente na vida política brasileira, um partido que se imponha por sua política e sua atividade cotidiana junto às massas trabalhadoras, que revele claramente seu funcionamento democrático, alicerçado na aplicação correta do centralismo democrático, da livre circulação de idéias, da direção coletiva e de todo o conjunto de princípios leninistas de organização.

A batalha por sermos reconhecidos como um partido nacional não exclui, em nenhum momento, nossa firme posição internacionalista. Nosso internacionalismo proletário não é uma idéia "importada", nem eco de doutrinas "exóticas" supostamente superadas, como pretendem nossos críticos da direita e da "esquerda". Somos internacionalistas porque os interesses dos trabalhadores brasileiros coincidem basicamente com os de todos os trabalhadores do mundo. Ao sermos solidários com os trabalhadores e os povos de todo o mundo, estamos assumindo, consequentemente, a defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Para nos transformarmos no grande partido que queremos construir, é necessário que sejamos um partido operário, por nossa ideologia, por nossa política e por nossa composição.

Por sua ideologia, o Partido se orienta pelo marxismo-leninismo e, por sua política — sendo a parte mais organizada e consciente da classe operária — expressa seus interesses de classe. Somos os repre-

sentantes da vontade revolucionária de todos os setores progressistas da sociedade. Repudiamos o "obreirismo", considerando-o uma caricatura, mas não somos o partido de todas as classes ou mesmo de algumas classes. Somos o partido político de uma classe: o proletariado.

Isso deve estar refletido na composição social das fileiras do Partido. Nossa política de concentração, de recrutamento, de formação e promoção de quadros tem que estar voltada, em primeiro lugar, para a classe operária, para a implantação do Partido nas empresas.

Devemos ser "acima de tudo, o centro que vive, estuda, acompanha e se emociona com os problemas da classe operária e realiza seu papel de vanguarda, apresentando os melhores caminhos a serem trilhados pelo proletariado no duro e complexo combate que trava por sua libertação.

Dessa doutrina (a doutrina leninista sobre o Partido) extraímos a lição de que os órgãos e organizações partidárias devem se voltar, de maneira prioritária e permanente, para as questões que afligem os trabalhadores e para os problemas cruciais do movimento operário" (Resolução Política do VI Congresso).

Para assegurar sua participação na vida política do país, sua permanente ligação com as massas, o Partido tem que garantir e preservar sua existência e, portanto, sua estrutura orgânica.

É indispensável aprimorar nossos métodos de trabalho e observar com rigor as regras de segurança na atividade partidária, procurando evitar que se repitam golpes profundos sobre nossas organizações. O Partido deve atuar aplicando métodos adequados à realidade em que vive, métodos e formas de luta que não admitem a menor subestimação do inimigo. É importante empenhar-se para que as organizações do Partido sejam estanques, para que haja uma real compartimentação das tarefas e segredos partidários, para que cada um saiba apenas o que necessita para seu trabalho.

Diante da nova situação criada no país, a unidade e a dinamização permanente da classe operária são fundamentais para garantir o conteúdo democrático da mudança da sociedade brasileira. E para isso é necessária a existência de um forte Partido, capaz de propor e articular as melhores soluções para os problemas da classe operária e da nação. E o Partido só poderá ser forte se estiver unido e coeso em torno de sua direção, vigilante em relação a toda e qualquer tentativa divisionista de nossos inimigos de classe.

O CC saúda o espírito combativo e a unidade de ação revelada pelos militantes de nosso Partido nas duras condições de luta que têm enfrentado nos últimos anos. Isso é a maior garantia de que, nas novas condições que vão se criando no país, quando a classe operária e setores cada vez mais amplos de nossa sociedade se

voltam para nosso Partido, este se transformará num grande e poderoso Partido, dirigente de grandes massas, vanguarda reconhecida da classe operária, capaz de encabeçar as lutas de nosso povo.

O CC do PCB

Novembro de 1978.

Declaração do PCB sobre o movimento sindical

1. O ascenso das lutas dos trabalhadores e do nosso povo por seus interesses e direitos, ao lado do processo de desgaste da ditadura, indica o crescente debilitamento do atual sistema de poder em nosso país. Legítima expressão disso são os movimentos populares e democráticos e, principalmente, as lutas operárias, que abriram uma primeira brecha numa das partes mais sensíveis do mecanismo de dominação fascista: a política salarial antioperária, base da política econômica do regime.

2. A política econômica da ditadura de acelerada concentração do capital monopolista agravou sistematicamente as condições de vida das massas, em particular da classe operária, e facilitou o contínuo crescimento da riqueza das classes dominantes exploradoras.

Para atingir seus objetivos, a ditadura militar-fascista precisou frear os movimentos popular e operário e adotar medidas que assegurassem a exploração, sobretudo das massas assalariadas. Com esses propósitos foram liquidadas as liberdades democráticas e sindicais e foi posta em prática uma política antioperária e antipovo que se expressa:

— na redução e na compressão violenta dos salários, destinada a garantir o lucro máximo através da política do "arrocho salarial" que emprega a falsificação dos índices do custo de vida;

— na fixação de um salário mínimo muito abaixo das necessidades vitais dos trabalhadores e de suas famílias;

— na negação do direito de os trabalhadores negociarem diretamente com os patrões as condições de salário e de trabalho;

— na chamada poupança compulsória — através do PIS, PASEP e FGTS — que transformou parte do fundo pertencente aos trabalhadores em fonte de financiamento aos grandes empresários e especuladores;

— na violenta exploração do trabalho da mulher e da mão-de-obra juvenil, seriamente agravada com a permissão do tra-

(segue)

Movimento Sindical

bainho do menor a partir dos 12 anos de idade;

— na instabilidade do emprego, possibilitada em grande medida pela rotatividade do mão-de-obra, facilitada pela instituição do FGTS;

— no prolongamento da jornada de trabalho e no aumento de sua intensidade, o que agrava seriamente as condições de saúde já precárias do trabalhador, fazendo com que o Brasil figure num dos primeiros lugares em termos de acidentes de trabalho e de mortalidade infantil;

3. As exigências apresentadas por lideranças sindicais desde fins do ano passado e as greves que se desenvolveram em São Paulo, Minas Gerais e outros estados contribuíram para criar uma nova situação no país.

A classe operária, ao se sobrepor às leis impeditivas e repressivas da ditadura, determinou uma importante mudança na situação política nacional, dando novo conteúdo às lutas e exigências do campo democrático. Ao reivindicar liberdades políticas, juntamente com seus direitos econômicos e sociais, **lançou as bases para a abertura de um caminho que conduza a transformações realmente profundas na vida política e social brasileira.**

Os acontecimentos recentes são o resultado de um longo processo de resistência à ditadura. Mesmo nos períodos de maior repressão, por limitadas que fossem suas possibilidades, o operariado sempre manifestou seu protesto e lutou por seus direitos.

Ressaltamos 1972 como o marco da retomada progressiva das lutas fabris; as eleições de 1974 como a mais significativa manifestação de repúdio dos trabalhadores ao regime; os combativos pronunciamentos, coletivos e individuais, das lideranças sindicais a partir de 1976 e, especialmente, as lutas pela reposição salarial dos manipulados índices do custo de vida (que desembocaram nas recentes greves como premissas indispensáveis à análise da atual tomada de posição do movimento operário e sindical).

A pressão do movimento sindical sobre o governo, por uma real democratização do país, ao lado das greves iniciadas em maio, constitui o ponto mais alto de ação política que a classe operária alcançou na luta contra a ditadura. Esta ação política faz com que as reivindicações operárias se reflitam na campanha eleitoral e no comportamento dos candidatos de oposição comprometidos com os interesses populares e democráticos.

Em todos os casos ficou demonstrado que a luta unitária é o único caminho para a classe operária conquistar seus direitos e ocupar o lugar que lhe corresponde por sua importância na economia e na sociedade.

Quando falamos em unidade de todos os trabalhadores brasileiros, incluímos os assalariados agrícolas permanentes e os

milhões de trabalhadores volantes duplamente explorados por intermediários contratadores de mão-de-obra e pelos latifundiários e as empresas agrícolas. Trata-se de uma parte dos assalariados rurais que cresce aceleradamente, em consequência da política posta em prática pelos sucessivos governos militares, desde 1964, de aceleração do processo de desenvolvimento capitalista que vinha se dando na agricultura brasileira.

Aos trabalhadores volantes não são reconhecidos os direitos consagrados na legislação sindical e social destinada aos trabalhadores do campo.

A consolidação e o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais e o reforçamento constante dos sindicatos de trabalhadores urbanos, através de uma sistemática campanha de sindicalização, são condições indispensáveis para o desenvolvimento do movimento sindical em seu conjunto e, principalmente, para construir a unidade de todos os trabalhadores brasileiros.

4. Sendo a classe operária o principal alvo da repressão fascista, o movimento atual é marcado por um desenvolvimento de ações operárias e pelo ascenso de seu nível. A característica atual do movimento operário brasileiro é que o crescente antagonismo entre capital e trabalho assalariado se apresenta sob a forma de manifestações reivindicatórias setoriais por aumentos salariais e melhores condições de vida e trabalho, expressando-se politicamente nas resoluções de seus congressos, conferências e manifestações públicas pela democracia e pela liberdade e autonomia sindicais.

Os pontos altos destas lutas são atingidos nos momentos de reajustes salariais, nas eleições sindicais para a renovação das diretorias, nos encontros e congressos, quando vem sendo reivindicado o fim do "arrocho salarial", a livre negociação eleitoral, a acusação de crise de identidade coletiva, o efetivo exercício do direito de greve, a liberdade e autonomia sindicais, a estabilidade do emprego, ao lado de reivindicações de toda a sociedade brasileira, como as liberdades democráticas, anistia, revogação da legislação de exceção, reforma agrária, etc.

Estas campanhas reivindicatórias dinamizam e preparam os trabalhadores para defenderem seus interesses, para compreenderem a necessidade de criar uma organização sindical realmente classista, autônoma e democrática.

Frente às tendências que hoje se manifestam no movimento operário, cabe a nós buscar a unidade em torno daquelas propostas e lutas que respondam aos interesses concretos da classe operária, o que não exclui, mas pressupõe, uma luta frontal e irreconciliável contra as manipulações da propaganda burguesa, uma polêmica franca e aberta contra aqueles que interpretam unilateralmente e erroneamente os problemas sociais, políticos e sindicais em

nosso país.

5. A classe operária está ultrapassando as barreiras impostas pelo regime porque soube aproveitar as condições políticas mais favoráveis que se criaram no país e que ela tanto ajudou a criar. Assim, fica demonstrada a importância da luta política geral democrática — no centro da qual estão as manifestações da classe operária — para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

Uma condição primordial para a efetiva participação e influência do operariado na vida política do país é a ligação da luta pela satisfação de suas necessidades urgentes com as exigências gerais de liberdade e democracia, comuns a outras camadas sociais.

A tarefa central, portanto, consiste em combinar as lutas reivindicatórias dos trabalhadores com ações de outros setores e classes sociais prejudicados pelo regime dominante, quer dizer, com as exigências de liberdades democráticas e melhoria das condições de vida do povo para, deste modo, afirmar a autonomia política e conquistar o papel hegemônico da classe operária.

Neste sentido, é imprescindível fazer avançar e consolidar a aliança da classe operária com o campesinato trabalhador, através de uma firme unidade do movimento sindical urbano com o rural e de mais ampla e completa solidariedade às lutas dos camponeses em defesa de suas terras e de sua produção, e pela reforma agrária.

6. Apesar das restrições impostas pela ditadura, ganha maior vigor o movimento operário e sindical em nosso país.

Pese às manobras do governo e da cúpula da CNTI a seu serviço, o V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria constituiu, pelas suas Resoluções, uma vitória dos trabalhadores: elas colocam a exigência da revogação da política salarial vigente, defesa do direito de greve, o fim do atestado de ideologia, entre outras reivindicações pelas quais vem se batendo a classe operária nos últimos anos.

Na luta pela aplicação destas resoluções, podem e devem se unir todos os trabalhadores da indústria. Isso não significa o abandono da luta por outros objetivos, como a mudança da estrutura sindical, para libertar as entidades sindicais da tutela do Ministério do Trabalho, e assegurar a livre organização sindical dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, até a conquista de uma Central Única dos Trabalhadores. Ficou claro para todos que a unidade é indispensável.

Os comunistas saudam os setores que hoje, usando a greve como forma de luta, assestam golpes à política de "arrocho" da ditadura. Estão seguros que estas lutas, como a prática vem demonstrando, servem de exemplo e estímulo aos demais trabalhadores.

Continuaremos a lutar pela unidade da classe operária e pela elevação de seu

(segue)

nível de organização e de lutas. Neste processo, apoiados nos setores mais avançados, buscamos a mobilização da grande massa de trabalhadores, a partir de suas reivindicações próprias.

7. Os comunistas consideram que os êxitos da luta da classe operária e de suas organizações passam pela reconquista das liberdades sindicais e do pleno direito de greve, luta esta que não pode estar desvinculada da luta geral de todo o povo pelas liberdades democráticas. Só isso pode assegurar com êxito a intervenção da classe operária e das massas trabalhadoras nos domínios econômico, político e social da Nação.

Nossa luta contra os aspectos antidemocráticos da atual estrutura sindical e da CLT é de princípio e de longa data. Lutamos no passado e lutamos hoje por uma estrutura que, a partir das empresas e dos locais de trabalho, assegure ao sindicato plena autonomia frente ao Estado, aos empregadores e aos partidos políticos, e que permita a mais ampla e direta participação dos trabalhadores na atividade sindical.

Sendo a CLT o conjunto das leis que regulam as relações entre o capital e o trabalho, ela contém, ao lado de importantes conquistas da classe operária e dos trabalhadores em geral, dispositivos anacrônicos e reacionários contra os quais os trabalhadores sempre lutaram. O desenvolvimento sócio-econômico verificado nos últimos tempos, hoje mais do que nunca, impõe a reforma da CLT naquilo que impede a conquista de melhores condições de vida e trabalho, rebaixando a posição que a classe operária e todos os trabalhadores devem ocupar na sociedade brasileira. Consideramos portanto que não interessa aos trabalhadores a revogação pura e simples da CLT.

8. Como parte inseparável da real democratização da vida política nacional, os comunistas lutam pelas liberdades sindicais, principalmente as seguintes:

- o efetivo direito de greve;
- a autonomia do sindicato em relação ao Estado, aos patrões e aos partidos políticos;
- a livre organização, gestão e direção dos sindicatos pelos trabalhadores;
- a livre contratação coletiva de trabalho entre empregados e empregadores.

Na luta pelas liberdades democráticas, estas reivindicações estão na ordem do dia e representam um grande avanço na organização e conscientização dos trabalhadores brasileiros.

Somos de opinião que a democratização da estrutura sindical deve ter por base:

- o direito de todo e qualquer trabalhador à sindicalização;
- o reconhecimento de comissões e/ou delegados de empresa livremente eleitos, respeitado o princípio da unicidade sindical à base de um único sindicato por estabelecimento econômico, por ser isso o que

melhor atende aos interesses dos trabalhadores;

— a criação de uma Central Única, que seja a expressão democrática dos interesses de todos os trabalhadores da cidade e do campo, inclusive do funcionalismo público.

Em sua política sindical, os comunistas defendem os interesses de todos os trabalhadores assalariados, sua unidade de ação, forjada na experiência prática da luta unitária entre os trabalhadores de diferentes concepções de vida e ideais políticos.

9. O PCB considera que, para superar a exploração e a opressão capitalista, não basta que os trabalhadores se organizem sindicalmente. Os trabalhadores, como classe, necessitam lutar politicamente para a conquista das transformações políticas, econômicas e sociais que os liberte da exploração capitalista.

Os comunistas procuram, por isso, demonstrar aos trabalhadores a justeza de sua concepção de luta operária e sindical. Por sermos o partido da classe operária empenhamo-nos a fundo na defesa dos interesses dos trabalhadores, para conhecer e explicar os métodos concretos da exploração capitalista nas empresas.

10. Nossa atuação, na atual etapa do movimento operário e sindical está orientada à:

A - Defesa das reivindicações específicas levantadas pelos trabalhadores, por seus delegados e sindicatos.

B - Melhoria das condições de emprego, de salário e de previdência social :

— luta por aumentos salariais e pela reposição do poder aquisitivo dos salários confiscados pela política salarial da ditadura;

— estabilidade no emprego, com revisão do FGTS e medidas urgentes que acabem com as demissões arbitrárias e com a rotatividade da mão-de-obra;

— exigir do governo plano urgente de emprego, que inclua os trabalhadores do campo, especialmente os volantes, também chamados bóias-frias;

— efetiva aplicação da Lei Orgânica da Previdência Social e restabelecimento da participação dos trabalhadores na direção dos órgãos da Previdência Social, em condições de igualdade com o governo e os patrões;

— acabar com as discriminações do trabalho feminino e do menor, intensificando a luta pelo cumprimento dos dispositivos legais que assegurem, entre outros direitos, o de salário igual para trabalho igual.

C - Condições indispensáveis para democratizar a vida sindical :

— direito de eleger representantes diretos dos trabalhadores nos locais de trabalho e organizar comissões de empresa, como fundamento de um sindicalismo democrático, participante, autônomo, classista e não partidário;

— direito de reunião e de assembléia nos locais de trabalho e nos sindicatos;

— direito de greve e de negociação direta

entre empregados e empregadores.

11. A luta dos assalariados e segmentos próximos a eles mostra que é possível e necessário articular uma alternativa ao regime atual que, atendendo às transformações econômicas e sociais, possa imprimir à democracia uma autêntica dimensão econômica e social. Neste sentido, representa um avanço a rejeição cada vez mais ampla do apoliticismo pelas mais expressivas lideranças sindicais, plasmada nas plataformas reivindicatórias e nas novas e originais formas de pressão política sobre o Poder.

Se o que buscamos hoje é unir o máximo de forças sociais e políticas para conquistar as liberdades democráticas, devemos colocar a palavra-de-ordem da democracia em termos concretos de soluções que interessem a todas as forças empenhadas em sua conquista. Com isso, poderemos desmascarar as manipulações oportunistas dos que defendem uma "reforma" controlada pelo regime, assim como as posições "esquerdistas" de supostas soluções radicais do gênero "socialismo sim, democracia formal não".

Insistimos que é fundamental **unir organizando a classe operária**, pois somente unida e organizada ela terá peso político para lutar com êxito por suas reivindicações próprias e por seus direitos democráticos. Além disso, a unidade dos trabalhadores interessa também ao conjunto das forças democráticas, porque só a classe trabalhadora unida e organizada pode constituir um núcleo socialmente homogêneo capaz de aglutinar e dar consistência e força à frente de luta pelas liberdades democráticas.

Deve ficar claro que, ao ligar as grandes bandeiras de democracia e liberdade às exigências mais inadiáveis do proletariado e do povo, não deixamos de reconhecer a importância primordial de qualquer conquista — por mais restrita que seja — que nos aproxime das liberdades democráticas.

Acreditamos que, para mobilizar a maioria do povo com as palavras-de-ordem democráticas, é preciso combinar as reivindicações mais sentidas — que são as que geram os movimentos sociais mais profundos — com as exigências de reformulação do poder político em bases democráticas.

Estamos certos de que a frente única antifascista só conseguirá ser realmente ampla e representativa da Nação se não se restringir a um pacto dentro das chamadas "classes políticas", se for capaz de mobilizar o povo. Isto porque é evidente que **o fim da ditadura só será conseguido com a pressão e a mobilização coordenada do mais amplo conjunto de forças sociais e políticas, no qual a classe operária não só não pode estar ausente, como deve ter neste conjunto, o papel de destaque que lhe cabe pelo lugar que ocupa no processo de produção e seu peso na sociedade brasileira.**

O CC do PCB
Novembro de 1978